

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (EQT) – 2026.2

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP)

TIPO DA PROVA

1



ATENÇÃO!

Confira o TIPO da sua prova com o que está indicado no seu CARTÃO DE REPOSTAS.

**DIVERGÊNCIA NO TIPO DEVE
SER COMUNICADA AO FISCAL
DA SALA.**



É proibido o uso de aparelhos eletrônicos.



Não é permitido comunicar-se com outros candidatos.



Não é permitida a consulta a livros, apostilas ou anotações.

INFORMAÇÕES DO(A) CANDIDATO(A)

SUA PROVA

- Este caderno contém **25 (vinte e cinco)** questões objetivas **2 (duas)** discursivas.

TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, incluindo o tempo para marcação do Cartão de Respostas e das Folhas de Textos Definitivos;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas;
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.

INFORMAÇÕES GERAIS

- No Cartão de Respostas e nas Folhas de Textos Definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade;
- Verifique se os dados que constam nesta capa estão de acordo com os que aparecem no seu Cartão de Respostas e Folhas de Textos Definitivos. Caso haja alguma divergência, comunique imediatamente ao fiscal de sala para que sejam adotadas as devidas providências;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no espaço reservado no Cartão de Respostas e nas Folhas de Textos Definitivos;
- O preenchimento do Cartão de Respostas e da Folhas de Textos Definitivos é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição em caso de **erro** cometido por você;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no Cartão de Respostas e nas Folhas de Textos Definitivos;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa prova!

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP)

1

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 50 – CONTRATOS DE SEGUROS estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de contratos de seguro dentro do alcance dessa norma. Segundo a NBC TG 50, existem algumas abordagens que podem ser utilizadas para a mensuração dos contratos de seguro.

Assinale a opção que apresenta uma característica dos grupos de contratos que podem ser mensurados segundo a Abordagem de Alocação de Prêmio - *Premium Allocation Approach* (PAA).

- (A) Aplicável aos contratos cuja variação nos fluxos de caixa de cumprimento aumenta com a duração do período de cobertura do grupo de contratos.
- (B) Aplicável aos contratos de investimento com características de participação no resultado dos investimentos.
- (C) Aplicável aos contratos mais complexos.
- (D) Aplicável aos contratos em que a entidade espera resultados diferentes daqueles que seriam produzidos quando da aplicação de outra abordagem.
- (E) Aplicável aos contratos com duração de até 12 meses.

2

A Circular Susep nº 616, de 13 de outubro de 2020, estabelece diretrizes para a determinação da materialidade para a construção do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras. A determinação da materialidade é um processo crucial que envolve a definição de um valor ou limiar específico, a partir do qual omissões ou distorções nas informações contábeis podem influenciar as decisões dos usuários das demonstrações financeiras. A materialidade orienta a extensão dos procedimentos de auditoria, incluindo a aplicação de testes e a avaliação da necessidade de modificação da opinião do auditor. A correta determinação da materialidade assegura que o relatório de auditoria seja relevante, focado em aspectos significativos, e forneça uma visão confiável da situação financeira da entidade auditada.

De acordo com a Circular Susep nº 616/20, o auditor contábil independente deverá considerar, para determinar a materialidade no planejamento e na execução da auditoria das demonstrações financeiras, os seguintes aspectos:

- (A) o ativo total, o passivo total e o patrimônio líquido ajustado.
- (B) a Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL).
- (C) a suficiência de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao Capital Mínimo Requerido (CMR).
- (D) o valor presente esperado que decorram do cumprimento dos contratos comercializados pelas seguradoras.
- (E) as contas de resultado, as operações de seguros, os prêmios ganhos e rendas com taxas e emissão de apólices.

3

Sobre o Decreto-Lei nº 73/1966 e alterações, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Decreto-Lei nº 73/1966 trata exclusivamente da regulação das operações de seguros e não abrange o resseguro, que possui regulamentação separada.
- (B) O Sistema Nacional de Seguros Privados é composto exclusivamente pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelas seguradoras, sem envolver outras entidades reguladoras.
- (C) O Decreto-Lei nº 73/1966 estabelece que as operações de seguros e resseguros devem ser realizadas exclusivamente por seguradoras brasileiras, com restrições à participação de empresas estrangeiras no mercado.
- (D) O Decreto-Lei nº 73/1966 institui a obrigatoriedade de a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) fiscalizar e supervisionar todas as operações realizadas pelas seguradoras, incluindo as questões relacionadas ao resseguro.
- (E) O Decreto-Lei nº 73/1966 isenta as seguradoras da necessidade de comprovar solvência financeira para operar no mercado de seguros e resseguros, uma vez que a SUSEP não exige garantias para as operações realizadas.

4

Segundo a Circular Susep nº 648/2021 e alterações, o resultado do Teste de Adequação de Passivos (TAP) será apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

À luz da Circular Susep nº 648/2021, o TAP não inclui a seguinte provisão técnica:

- (A) Provisão Complementar de Cobertura (PCC).
- (B) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC).
- (C) Provisão de Excedentes Técnicos (PET).
- (D) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR).
- (E) Provisão de Excedentes Financeiros (PEF).

5

O Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) refere-se ao banco de dados a ser constituído pela supervisionada para armazenamento de informações relativas às suas perdas operacionais.

Avalie, à luz da Circular Susep nº 648/2021, se estará obrigada a constituir o BDPO a supervisionada que apresentar simultaneamente:

- I. Prêmio base anual.
- II. Prêmio base bianual.
- III. Provisões técnicas superiores a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), auferidos no encerramento dos 2 (dois) exercícios anteriores.
- IV. Provisões técnicas superiores a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), auferidos no encerramento do exercício anterior.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

6

A Circular Susep nº 648/2021 e suas alterações estabelecem o plano de contas e as diretrizes contábeis aplicáveis às entidades supervisionadas, como seguradoras e sociedades de capitalização.

Em relação à escrituração contábil e à obrigatoriedade de envio de informações contábeis, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Circular Susep nº 648/2021 autoriza a manutenção de livros contábeis manuais, desde que em papel timbrado da entidade supervisionada.
- (B) A norma permite que sociedades supervisionadas reconheçam receitas de prêmios futuros como receitas realizadas no momento da contratação da apólice.
- (C) A escrituração contábil deve seguir o regime de competência e estar integrada ao plano de contas padrão estabelecido pela SUSEP.
- (D) A Circular SUSEP nº 648/2021 isenta entidades pequenas do envio de demonstrações financeiras completas ao final do exercício.
- (E) A norma prevê o envio facultativo de informações contábeis em casos de entidades que operem exclusivamente com previdência complementar aberta.

7

Segundo a NBC PO 900 - INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE ASSEGURAÇÃO DIFERENTE DE AUDITORIA E REVISÃO, “ao executar uma atividade profissional para um cliente de asseguração relacionada a um objeto subjacente e, em um trabalho de asseguração, às informações sobre o objeto do trabalho de asseguração, a firma deverá estar satisfeita de que a administração do cliente realiza todos os julgamentos e decisões relacionados que são de responsabilidade própria da administração”.

Sobre o tema, analise as afirmações a seguir a respeito das tarefas que cabem à administração do cliente:

- I. Designar um profissional que possui habilidade, conhecimento e experiência adequados para ser responsável em todos os momentos pelas decisões do cliente e para supervisionar as atividades.
- II. Designar um profissional que possui os conhecimentos para executar ou reexecutar as atividades.
- III. Supervisionar as atividades e avaliar a adequação dos resultados da atividade executada para os fins do cliente.
- IV. Aceitar a responsabilidade pelas ações, se houver, a serem tomadas decorrentes dos resultados das atividades.

Estão corretos os itens

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

8

Segundo a Circular Susep nº 648/2021, alterada pela Circular Susep nº 678/2022, o resultado do Teste de Adequação de Passivos (TAP) será apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

Adicionalmente, a norma define que as supervisionadas devem considerar de forma segregada, e sem possibilidade de compensação para fins de obtenção do resultado do TAP, os fluxos decorrentes de

- (A) prêmios/contribuições registradas referentes aos produtos em regime financeiro de repartição composta ou regime financeiro de repartição de capitais de cobertura, abrangidos pela respectiva Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG).
- (B) prêmios/contribuições registradas referentes aos produtos de acumulação com contribuição variável estruturados em regime financeiro de repartição simples, abrangidos pela respectiva Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC), incluindo, quando cabível, os eventuais excedentes financeiros relacionados e os fluxos relacionados à parcela da Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura (PDC) relativa a esses produtos.
- (C) prêmios/contribuições referentes aos produtos de benefício definido estruturados em regime financeiro de capitalização, abrangidos pela respectiva PMBAC, incluindo os eventuais excedentes financeiros relacionados e os fluxos relacionados à parcela da PDC relativa a esses produtos.
- (D) prêmios/contribuições não registrados, desconsiderando operações de resseguro ou de retrocessão relacionadas.
- (E) benefícios concedidos referentes aos produtos estruturados em regime financeiro de repartição simples ou regime financeiro de repartição de capitais de cobertura, abrangidos pela respectiva PMBAC, incluindo, quando cabível, os eventuais excedentes financeiros relacionados.

9

A Circular Susep nº 648/2021, alterada pela Circular Susep nº 678/2022, apresenta termos e conceitos ao tratar dos ativos de resseguro redutores e ativos de retrocessão redutores.

Avalie se as descrições a seguir, a respeito desses termos e conceitos, estão corretas.

- I. Contraparte: a cessionária em um contrato de resseguro ou retrocessão.
- II. Ativos de resseguro redutores e ativos de retrocessão redutores: os créditos com a contraparte que poderão ser deduzidos da necessidade de cobertura das provisões técnicas por ativos garantidores.
- III. Prêmios de resseguro: a parcela dos montantes de prêmios estabelecidos nos contratos de cessão relacionada às operações de seguro que já tenham gerado constituição de provisões técnicas para a seguradora ou EAPC.
- IV. Prêmios de retrocessão: a parcela dos montantes de prêmios estabelecidos nos contratos de cessão relacionada às operações de resseguro que já tenham gerado constituição de provisões técnicas para o ressegurador local.

Estão corretas as descrições

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

10

Com base na Circular SUSEP nº 648/2021 (e suas alterações), julgue se deverão elaborar o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para avaliar as obrigações decorrentes dos seus contratos, utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas:

- I. As sociedades seguradoras enquadradas nos segmentos S1 e S2.
- II. As sociedades seguradoras enquadradas no segmento S3.
- III. O Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

11

Entre outras atribuições previstas no Decreto-Lei nº 73/1966 (e suas alterações), o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) tem a de fixar as diretrizes e as normas da política de seguros privados e das operações de proteção patrimonial mutualista; regular a de instalação e o funcionamento das Bolsas de Seguro; e a de regular o exercício do poder disciplinar das entidades autorreguladoras do mercado de corretagem sobre seus membros, inclusive do poder de impor penalidades e de excluir membros.

Dada a complexidade de competências atribuídas ao CNSP, avalie se integram o Conselho, de acordo com o referido Decreto:

- I. Ministro de Estado da Fazenda, ou seu representante; representante do Ministério da Justiça.
- II. Representante do Banco Central do Brasil; representante da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- III. Representante do Ministério da Previdência e Assistência Social; Superintendente da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

12

A sociedade seguradora PP S.A., supervisionada pela SUSEP, está em processo de contratação de auditor independente para examinar suas demonstrações contábeis do exercício. O contador XY, sócio de uma firma de auditoria, foi indicado para liderar os trabalhos. Durante a fase de planejamento e avaliação de aceitação do serviço, João identificou que um de seus sócios na firma de auditoria possui investimento financeiro relevante em empresa controladora da seguradora, o que pode caracterizar ameaça à independência.

Diante dessa situação, e considerando o Código de Ética Profissional do Contador e a NBC PA 400 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHOS DE AUDITORIA E REVISÃO, a conduta correta do contador é:

- (A) aceitar o trabalho, desde que declare formalmente à seguradora que atuará com imparcialidade durante a auditoria.
- (B) aceitar o trabalho normalmente, desde que informe apenas à administração da seguradora e registre o fato devidamente.
- (C) aceitar o trabalho, pois o investimento pertence ao sócio da firma e não ao contador responsável pelo serviço em questão.
- (D) avaliar a ameaça à independência e aceitar o trabalho se houver salvaguardas adequadas ou, não sendo possível, recusar.
- (E) aceitar o trabalho, pois investimentos financeiros não interferem na independência profissional nem na objetividade.

13

Com relação aos objetivos das políticas de seguros privados e de proteção patrimonial mutualista de acordo com o Decreto-Lei 73/1966 e atualizações, avalie se os objetivos das políticas de seguros privados e de proteção patrimonial mutualista incluem

- I. Evitar evasão de divisas, pelo equilíbrio do balanço dos resultados do intercâmbio, de negócios com o exterior.
- II. Promover a sustentabilidade socioambiental e climática das instituições operadoras dos mercados supervisionados.
- III. Oferecer produtos e serviços uniformes e padronizados para assegurar a proteção e a defesa dos clientes dos mercados supervisionados.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

14

Em 2025, as operações de uma Sociedade Seguradora cessaram de modo compulsório, fundamentada nos termos do Decreto-Lei nº 73/1966 e atualizações, por não formar as reservas, fundos e provisões a que estava obrigada.

A liquidação compulsória foi processada pela Susep e o ato de cassação foi publicado no Diário Oficial da União.

Após a publicação, foram analisadas a ocorrência dos possíveis efeitos:

- I. Cancelamento dos poderes de todos os órgãos de administração da Sociedade liquidanda.
 - II. Vencimento de todas as obrigações civis ou comerciais da Sociedade Seguradora liquidanda, incluídas as cláusulas penais dos contratos.
 - III. Suspensão da incidência de juros, ainda que estipulados, se a massa liquidanda não bastar para o pagamento do principal.
- De acordo com o decreto lei, o ato da cassação publicado no Diário Oficial produziu, de modo imediato, o(s) seguinte(s) efeito(s):

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

15

Uma seguradora adquiriu, em 01/07/2026, os seguintes imóveis:

- **Imóvel A:** adquirido para ser o escritório da seguradora por R\$ 50.000,00, à vista.
- **Imóvel B:** adquirido para aluguel a terceiros por R\$ 60.000,00, à vista.
- **Imóvel C:** adquirido para atividades de atendimento a clientes, por R\$ 80.000,00, com pagamento previsto para janeiro de 2027.

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações, o ativo imobilizado teve, após a aquisição dos imóveis, um aumento de

- (A) R\$ 50.000,00.
- (B) R\$ 80.000,00.
- (C) R\$ 110.000,00.
- (D) R\$ 130.000,00.
- (E) R\$ 190.000,00.

16

Uma pessoa jurídica domiciliada no território nacional, e que trabalha com importação, deseja contratar um seguro no exterior para a cobertura de riscos. Foi constatado que existe oferta deste tipo de seguro no país, no entanto, os custos incorridos com a contratação seriam maiores.

De acordo com a Lei Complementar nº 126/2007, que dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de cosseguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário, a contratação

- (A) é permitida, uma vez que representa economia de custos à pessoa jurídica.
- (B) é permitida, uma vez que o possível segurado tem domicílio no território nacional.
- (C) é permitida, uma vez que o possível segurado já mantém relacionamento com o exterior pela sua atividade.
- (D) não é permitida, uma vez que existe oferta deste seguro no país.
- (E) não é permitida, uma vez que a entidade interessada no seguro é pessoa jurídica, e não física.

17

O órgão fiscalizador de seguros firmou convênio, em 2025, com o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários e outros órgãos fiscalizadores.

De acordo com a Lei Complementar nº 126/2007 e atualizações, o órgão poderá firmar convênios, também, com outros órgãos supervisores, reguladores, autorreguladores ou entidades fiscalizadoras de outros países.

Com relação a esses convênios, considere os objetivos a seguir:

- I. fiscalização de escritórios de representação, filiais e subsidiárias de seguradoras e resseguradores estrangeiros, em funcionamento no Brasil, e de filiais e subsidiárias, no exterior, de seguradoras e resseguradores brasileiros.
- II. fiscalização de remessas ou ingressos de valores do exterior originários de operação de seguro, resseguro e retrocessão.
- III. cooperação mútua e intercâmbio de informações para a investigação de atividades ou operações que impliquem aplicação, negociação, ocultação ou transferência de ativos financeiros e de valores mobiliários relacionados com a prática de condutas ilícitas ou que, sob qualquer outra forma, tenham relação com possível ilicitude.

De acordo com a Lei Complementar nº 126/2007 e atualizações, os convênios com outros órgãos supervisores, reguladores, autorreguladores ou entidades fiscalizadoras de outros países, objetivam:

- (A) I, somente.
(B) I e II, somente.
(C) I e III, somente.
(D) II e III, somente.
(E) I, II e III.

18

Com base nas orientações do CTA 31 - ORIENTAÇÕES AOS AUDITORES INDEPENDENTES NO ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS ESPECÍFICOS DA CIRCULAR SUSEP N.º 517/2015, ALTERADA PELA CIRCULAR SUSEP N.º 616/2020, referentes à conceituação de materialidade no planejamento e na execução da auditoria em entidades supervisionadas pela Susep, analise as afirmativas abaixo e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () A determinação da materialidade pelo auditor é uma questão de julgamento profissional que assume, entre outros pontos, que os usuários das demonstrações contábeis possuem conhecimento razoável de negócios e atividades econômicas, além de reconhecerem as incertezas inerentes à mensuração de valores baseados no uso de estimativas.
- () O auditor define a materialidade para a execução da auditoria com o objetivo de reduzir a um nível adequadamente baixo a probabilidade de que o conjunto das distorções não corrigidas e não detectadas nas demonstrações contábeis exceda a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- () Na identificação de um referencial (benchmark) apropriado para determinar a materialidade global, o auditor deve considerar fatores como a natureza da entidade, seu ciclo de vida, o ambiente econômico em que atua e a volatilidade relativa desse referencial.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
(B) V – V – V.
(C) F – V – F.
(D) V – F – V.
(E) F – F – V.

19

No que tange à Lei nº 4.594/1964, que regula a profissão de corretor de seguros, assinale a afirmativa correta.

- (A) O número de corretores de seguros autorizados a atuar no país é limitado periodicamente pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) para garantir a sustentabilidade do setor.
- (B) Ao corretor de seguros não poderá ser atribuído nenhum custo administrativo da seguradora decorrente de propostas, mesmo as não efetivadas.
- (C) O registro de corretor de seguros, necessário para o exercício da profissão, é de competência exclusiva da Susep, não sendo admitido o registro em entidades autorreguladoras do mercado de corretagem.
- (D) Quando o corretor de seguros receber do segurado o prêmio para pagamento de seguro realizado por seu intermédio, deverá recolhê-lo ao caixa da seguradora no prazo máximo de 48 horas.
- (E) A condenação por qualquer crime previsto no Código Penal, independentemente da data da sentença, impede de forma permanente o registro do interessado como corretor de seguros.

20

A equipe de auditoria independente realiza testes substantivos na constituição das provisões técnicas de uma sociedade seguradora de grande porte. O sócio responsável pelo trabalho questiona a administração sobre a documentação de suporte das metodologias atuariais aplicadas no encerramento. A seguradora argumenta que não enviou as notas técnicas ao regulador por não haver obrigatoriedade de envio regular sem requisição prévia.

Durante o planejamento, os auditores identificam que a SUSEP exigiu recentemente a mudança na metodologia de apuração de uma provisão. A direção técnica da seguradora decide aplicar um método próprio alternativo ao exigido, sem aguardar a aprovação prévia do órgão fiscalizador. O cenário requer que o auditor avalie a conformidade regulatória desses procedimentos frente às normas da Superintendência de Seguros Privados.

Julgue as afirmações abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F) em relação à constituição de provisões técnicas e suas notas atuariais:

- () A nota técnica atuarial com o detalhamento da metodologia de cálculo de cada provisão técnica deve ser submetida de forma contínua e proativa à autarquia, sendo vedada a sua mera manutenção à disposição na sede da entidade.
- () A autarquia possui a prerrogativa legal de, a qualquer tempo e mediante a necessidade de cada caso concreto, determinar que a supervisionada utilize um método específico para o cálculo da provisão técnica.
- () Na ocorrência de a autarquia determinar o uso de um método específico, a entidade poderá aplicar um método próprio alternativo de imediato, desde que protocole tempestivamente uma notificação de uso à Superintendência.

À luz da Circular SUSEP nº 648/2021, alterada pela Circular SUSEP nº 678/2022, o julgamento técnico do auditor independente certifica que as afirmações são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – V – F.

21

A equipe de auditoria examina a conformidade das operações de transferência de risco de uma grande instituição financeira supervisionada. O escopo da avaliação demanda a delimitação rigorosa das atividades sujeitas à legislação securitária aplicável no mercado nacional. O sócio responsável instrui a equipe a revisar as premissas legais de segregação entre garantias privadas e as previdenciárias. A validação exige o mapeamento minucioso dos normativos que incidem sobre as transações de cosseguro e resseguro vigentes. O cenário prático impõe um elevado nível de julgamento profissional para evitar falhas na emissão do respectivo parecer final. A aderência procedimental previne o risco de distorções e possíveis sanções aplicáveis pelo órgão de regulação competente.

Julgue as afirmações abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F) em relação às disposições preliminares sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados:

- () As operações de seguros abrangidas pelo âmbito da Previdência Social integram o rol de seguros privados e estão estritamente subordinadas e regidas pelas disposições legais contidas no referido normativo.
- () O sistema de cosseguro, resseguro e retrocessão integra-se nas operações de seguros privados, tendo como propósito regulatório explícito a pulverização dos riscos e o fortalecimento das relações econômicas do mercado.
- () As regras legais estabelecidas para as sociedades seguradoras são de uso exclusivo destas entidades, sendo expressamente vedada a sua aplicação subsidiária aos estabelecimentos autorizados a operar em resseguro e retrocessão.

À luz do Decreto-Lei nº 73/66 e atualizações posteriores, as afirmações são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – V – F.

22

Realizando uma auditoria independente de uma sociedade seguradora, a equipe de auditoria tomou conhecimento de que a administração havia sido instada pela Susep a apresentar medidas destinadas à correção de determinadas insuficiências identificadas em seus procedimentos de gestão e em seus indicadores prudenciais. Em reunião com os auditores, alguns administradores sustentaram que a apresentação de um plano de regularização seria suficiente para afastar a necessidade de adoção de medidas corretivas adicionais e impedir qualquer acompanhamento posterior por parte da Susep, independentemente dos resultados obtidos na execução do plano.

Considerando a regulamentação aplicável aos Planos de Regularização no âmbito das sociedades supervisionadas pela Susep, é correto afirmar que

- (A) a apresentação do plano de regularização dispensa a supervisionada de implementar medidas corretivas adicionais durante o acompanhamento pela Susep.
- (B) a aprovação do plano de regularização impede a Susep de exigir informações complementares ou de acompanhar a execução das medidas previstas.
- (C) a apresentação do plano de regularização transfere à Susep a responsabilidade pela adoção das medidas necessárias ao saneamento das irregularidades.
- (D) o plano de regularização constitui instrumento destinado à adoção de medidas corretivas pela supervisionada, sem afastar o acompanhamento da Susep.
- (E) a existência de plano de regularização regularmente apresentado elimina, por si só, a possibilidade de adoção de outras medidas regulatórias pela Susep.

23

Ao revisar os procedimentos de gerenciamento de ativos garantidores de uma sociedade seguradora, a equipe de auditoria verificou que a administração estava promovendo alterações em seus controles internos relativos ao registro, à custódia e à movimentação dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas. Durante as discussões, alguns administradores apresentaram diferentes interpretações sobre as exigências regulatórias aplicáveis à matéria, especialmente quanto à identificação, à disponibilidade e à movimentação dos ativos garantidores.

Com base na regulamentação aplicável ao registro, à custódia e à movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Os ativos garantidores das provisões técnicas estão sujeitos a controles que permitam sua adequada identificação e vinculação às obrigações que se destinam a garantir, nos termos da regulamentação aplicável.
- II. A existência de ativos suficientes para cobertura das provisões técnicas dispensa a observância das regras relativas ao registro e à custódia estabelecidas pela regulamentação aplicável, por essa circunstância, isoladamente.
- III. A movimentação de ativos garantidores pode estar sujeita, conforme o caso, às condições e aos procedimentos previstos na regulamentação aplicável e aos mecanismos de supervisão pertinentes.
- IV. O simples registro contábil dos ativos garantidores torna desnecessária a manutenção de controles relativos à sua custódia e movimentação.
- V. Os procedimentos relacionados ao registro, à custódia e à movimentação dos ativos garantidores são relevantes para o acompanhamento prudencial das supervisionadas pela SUSEP.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I, III e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, IV e V.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e V.

24

Uma sociedade seguradora iniciou a comercialização de um novo produto destinado a pequenas empresas, mediante o pagamento de prêmio periódico pelos contratantes. O produto prevê o pagamento de indenização ao segurado na hipótese de ocorrência de determinados eventos futuros e incertos que possam causar perdas econômicas relevantes aos contratantes. Durante a elaboração das demonstrações contábeis, surgiram divergências quanto ao tratamento contábil aplicável ao produto. Alguns administradores sustentaram que a existência de componentes financeiros no contrato impediria, por si só, sua classificação como contrato de seguro. Outros defenderam que a simples denominação comercial atribuída ao produto seria suficiente para determinar o tratamento contábil aplicável, independentemente de suas características econômicas e contratuais.

Considerando as disposições da NBC TG 50 – CONTRATOS DE SEGURO, assinale a afirmativa correta.

- (A) A existência de componente financeiro no contrato impede sua classificação como contrato de seguro, independente das demais características contratuais.
- (B) A denominação comercial do produto determina sua classificação contábil, independente das características econômicas e contratuais presentes no contrato.
- (C) A existência de um evento futuro incerto determina, por si só, a classificação do instrumento como contrato de seguro para fins contábeis, em qualquer hipótese.
- (D) A previsão de pagamento de indenização futura permite que a mensuração das obrigações seja realizada apenas no momento da ocorrência do sinistro.
- (E) A identificação de contrato de seguro depende da análise das características econômicas relevantes e da transferência de risco de seguro significativo envolvida.

25

Durante os procedimentos de encerramento das demonstrações contábeis de uma sociedade seguradora, a administração identificou a necessidade de revisar os critérios utilizados no reconhecimento, na mensuração e na evidenciação de determinadas operações, incluindo registros de provisões, divulgações em notas explicativas e mensuração de elementos patrimoniais. Em reunião com a auditoria independente, surgiram divergências quanto aos procedimentos contábeis que a entidade deveria observar.

Considerando as disposições da Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações, a respeito de operações de sociedades supervisionadas pela SUSEP, é correto afirmar que

- (A) o reconhecimento das operações supervisionadas pela SUSEP está condicionado à ocorrência de movimentação financeira, sendo dispensado o registro de estimativas, provisões e ajustes contábeis.
- (B) as operações realizadas pelas sociedades supervisionadas devem ser reconhecidas, mensuradas e evidenciadas em conformidade com as disposições contábeis e regulamentares aplicáveis à entidade.
- (C) a mensuração dos elementos patrimoniais pode ser efetuada segundo critérios definidos pela administração, desde que sejam mantidos os mesmos procedimentos entre exercícios sucessivos.
- (D) a divulgação das operações em notas explicativas poderá ser dispensada quando os respectivos saldos estiverem adequadamente registrados nas demonstrações contábeis da entidade.
- (E) o reconhecimento das operações supervisionadas pela SUSEP deve observar prioritariamente os critérios fiscais adotados pela entidade, ainda que resultem em representação econômica distinta.

PROVA DISCURSIVA

QUESTÃO 1

A empresa XPTO Ltda. passou a oferecer ao público planos de “previdência privada com rentabilidade garantida”, prometendo rendimentos fixos muito superiores aos praticados por entidades abertas de previdência complementar supervisionadas pela Susep.

A empresa afirmava atuar “em parceria com instituições reguladas” e divulgava que os valores investidos seriam aplicados em “fundos exclusivos com proteção integral do patrimônio”.

Após denúncia de investidores, verificou-se que: a empresa não possuía autorização da Susep para operar planos de previdência complementar; os valores captados eram utilizados para o pagamento de rendimentos prometidos a investidores anteriores e para despesas pessoais dos administradores; não havia segregação patrimonial nem aplicação efetiva em ativos financeiros compatíveis com as promessas divulgadas. Diante da investigação, constatou-se que a captação ocorreu por meio de ampla divulgação nas redes sociais e em eventos presenciais, atingindo centenas de investidores.

Com base nesse contexto, responda, em até 30 linhas, ao que se pede a seguir.

- A) Avalie se a conduta descrita pode caracterizar ilícito previsto na Lei nº 7.492/1986, indicando possíveis enquadramentos aplicáveis no âmbito dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, com a devida fundamentação.**
- B) Explique, sob a perspectiva regulatória aplicável às entidades supervisionadas pela Susep, a relevância da autorização prévia para a oferta de planos de previdência privada e os efeitos da sua ausência.**

RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

QUESTÃO 2

De acordo com a NBC PA 02– REVISÃO DE QUALIDADE DO TRABALHO, o objetivo da firma, mediante nomeação do revisor de qualidade do trabalho elegível, é realizar uma avaliação objetiva dos julgamentos significativos feitos pela equipe de trabalho e das conclusões obtidas sobre eles. Deste modo, a firma deve estabelecer políticas ou procedimentos que requerem a atribuição da responsabilidade pela nomeação dos revisores de qualidade do trabalho a indivíduos com a competência, as habilidades e a autoridade apropriada dentro da firma para cumprir com a responsabilidade.

Com base na referida norma e considerando que as políticas ou procedimentos que estabelecem os critérios de elegibilidade para ser nomeado como revisor de qualidade do trabalho devem requerer que o revisor de qualidade do trabalho tenha a competência e as habilidades, cumpra com os requisitos éticos relevantes e cumpra com as disposições de lei e regulamento relevantes para a elegibilidade do revisor de qualidade do trabalho, responda, de modo justificado e fundamentado, ao que se pede a seguir.

- A) Identifique quatro assuntos que a firma pode considerar para determinar que o indivíduo tem a competência necessária para realizar a revisão de qualidade do trabalho.
- B) Explique de que modo a falta de competência e de habilidades apropriadas pode afetar a capacidade do revisor de qualidade do trabalho de exercer julgamento profissional apropriado na realização da revisão.
- C) Considerando que as ações no nível da firma ajudam a estabelecer a autoridade do revisor de qualidade do trabalho, explique de que modo a autoridade do revisor de qualidade do trabalho pode ser aumentada e diminuída.
- D) Indique como deve proceder uma firma menor, com um único profissional, caso em que não há sócio ou indivíduo que seja elegível para realizar a revisão de qualidade do trabalho.

RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

Realização

